

POLÍTICAS PARA A INFÂNCIA NO BRASIL

Autores

Maria Helena Rodrigues da Cunha
Claudia da Silva Santana

1. Introdução

Este trabalho é fruto das leituras e discussões realizadas, durante o primeiro semestre de 2006, junto ao grupo de estudos “Infância, linguagem e cultura”, do Curso de Pedagogia da Universidade. A bibliografia estudada no período voltou-se para a história da infância no Brasil, abordando o cotidiano das crianças na Colônia e no Império, a partir de sua condição social, ou seja, as escravas e as livres e, aquelas pertencentes à elite. Abordou-se, também os diferentes modos do brincar na vida destas crianças, bem como das crianças de cultura indígena.

Neste contexto, a questão trazida para a reflexão diz respeito às políticas para a infância no Brasil e suas implementações deficientes, no sentido de assegurar e proteger a infância, como um período de formação na vida do indivíduo, importante para toda a sociedade que pretende preservar modos de vida e de cultura. As leituras efetuadas sobre os aspectos históricos relacionados à infância em nosso país, particularmente, nos livros *História das Crianças no Brasil* e *História Social da Infância no Brasil*, ambos organizados pela historiadora Mary Del Priore (1992), respectivamente, nos levam a considerar que a maneira de se conceber a infância, nos períodos tratados, divergia, consideravelmente, da forma como se concebe a infância nos dias de hoje, muito embora a marginalização da infância continue a existir em grande escala. O que nos leva a supor a morosidade da implementação das políticas para a infância, sua execução e formas de fiscalização deficientes.

2. Objetivos

Apresentar dados da história da infância no Brasil, referentes ao período colonial e imperial, refletindo sobre as deficiências constatadas no âmbito do desenvolvimento de políticas para infância.

3. Desenvolvimento

Cada cultura tem a sua forma própria de festejar o nascimento, a infância e a entrada na puberdade dos indivíduos nascidos e participantes de sua sociedade. Ainda que se fizessem rituais ou celebrações especiais para que as crianças fossem introduzidas no mundo adulto, o que significava adentrar no mundo do trabalho, certamente não havia muita escolha para aqueles nascidos em classes subalternas. O que implicava, para muitas delas, o abandono dos seus e a exploração de sua força de trabalho em idade precoce. A família, a igreja e o Estado, como instituições sociais, aparentemente pouco intervinham.

Muitas foram as crianças trazidas para serem escravas ou nascidas nesta condição durante a Colônia, enquanto outras foram abandonadas, durante o Império, na chamada "roda dos expostos" - espécie de mecanismo colocado em instituições de caridade para o recebimento anônimo dos bebês enjeitados - e, não conseguiram sobreviver, conforme relato do próprio Imperador D. Pedro I à Assembléia Constituinte em 03 de Maio de 1823, mencionado por Passeti, 2000, p.348), que constatou através de registros que no período de treze anos deram entrada perto de doze mil crianças e apenas mil haviam sobrevivido, mas a "Misericórdia" (referência às instituições religiosas católicas) não sabia onde se encontravam, se ainda estavam vivas e que tipo de "vida" levavam.

Quando escravas, as crianças tinham ofícios desde muito cedo, ofícios esses que acabavam por incorporar seus nomes como Chico da Roça, João pastor, entre outros. Começavam a trabalhar assim que se punham a andar e, por volta dos doze anos, estavam "adestrados" na profissão e trabalhavam como qualquer adulto, sendo considerados valiosos no mercado escravo, conforme as habilidades que conseguiam desenvolver. Estas habilidades eram aprendidas por meio de seus senhores ou por acompanharem e auxiliarem os pais nas tarefas que esses executavam. GOES (2000, p. 184) descreveu o calvário dos escravos e dos filhos deles como o trabalho com a cana-de-açúcar que: devia ser batida, torcida, cortada em pedaços, arrastada, moída, espremida e fervida. Era assim que se criava uma criança escrava.

A criança da elite, na época do império, era tratada com desvelos, mas também considerada adulta nos seus pueris onze ou doze anos. Recebia desde os sete anos o ensino das escolas, que era enciclopédico, mas cabia às famílias o estabelecimento dos princípios morais.

Mauad (2000, p.150) registra um artigo de revista da época onde o autor faz ênfase à educação doméstica valorizando mais a educação do que a instrução, a moralidade do que ciência, defendendo que homens instruídos não são homens de bem - condenando os mimos, o convívio com escravos domésticos, as futilidades femininas, a soberba e o orgulho senhoriais em meninos e meninas. A educação de meninos e de meninas era diferente, pois uma valorizava a masculinidade e a intelectualidade e a outra, os trabalhos manuais. As meninas de elite começavam a ser educadas aos sete anos e tinham a sua instrução completada quando se casavam aos catorze. Os meninos também começavam aos sete anos e só concluíam quando adquiriam um diploma de doutor. Daí conclui-se que nenhuma das crianças (escrava ou livre) vivia plenamente a sua fase de infância. Possivelmente, a extensão do que se chama infância nos períodos tratados se diferenciasse das idades consideradas hoje como pertencentes à infância.

E atualmente, o que mudou?

Ainda que tenham sido desenvolvidas várias políticas (Lei nº 8.089, de 13 de julho de 1990, Lei nº 9.939 de 20 de dezembro de 1996; Constituição Federal/ 1988, entre tantas) para se dar maior chance de sobrevivência à criança e à vivência delas nas suas fases de infância e adolescência, o que testemunhamos não é o que as leis determinam. São muitas, as crianças que, nascidas livres hoje, pois supostamente a escravidão acabou, são levadas a se prostituírem para levar dinheiro para casa (podemos observar isso ao andarmos pelo centro das cidades); a pegar lixo para comerem (visitar o lixão da cidade ou bairros periféricos); a pedir dinheiro e ajuda nas esquinas e semáforos das ruas; a dormir nas calçadas sobre papelões, muitas vezes cobertas apenas com jornais; a traficar drogas em morros, favelas, e dentro das escolas (se não vislumbrar ao vivo, basta acompanhar os jornais e noticiários).

A escravidão acabou, a "roda dos expostos" acabou, a obrigação dos colégios internos acabou. No entanto, o que se constata através das notícias que nos chegam é que não acabou a exploração do trabalho infantil,

o abandono de recém-nascidos e de crianças mais velhas e nem o autoritarismo em algumas instituições educacionais. Supondo-se haver um local de retirada de carvão, pedras preciosas ou semi, lavoura de cana-de-açúcar em locais distantes, que necessitem de mão-de-obra barata e fora do “braço da lei”, teremos aí o trabalho escravo, inclusive o infantil. São freqüentes os relatos sobre pedofilia, praticados por “homens de bem” e “pais de famílias”, que abusam sexualmente de crianças e adolescentes. Estariam de volta os senhores de engenho e seus capatazes, disfarçados com paletós e colarinhos brancos, que, por acaso, trabalham para o bem do povo?

Muitas crianças morriam na época do império por causa da falta de higiene e do desconhecimento da medicina. Aparentemente, havia pouca informação sobre como lidar com as crianças pequenas. Hoje, porém, passados séculos, as crianças continuam a morrer de frio, de falta de cuidados, de falta de consideração, de fome. Impera a lei da selva, onde só sobrevive o mais forte e o mais esperto. Através dos noticiários das redes de televisão que sempre estão presentes nas rebeliões, vemos presídios, penitenciárias e instituições para menores infratores lotadas de pessoas por falta de políticas desenvolvidas para que se evitasse esta situação. Como desenvolver políticas que abranjam a todos, dando oportunidade de empregos, escolas, saúde e moradias com dignidade?

4. Resultados

Diante dos dados apresentados e discutidos sobre a história da criança nos períodos colonial e imperial, observa-se, precariedade na implementação de políticas para a infância, o descaso das autoridades e a marginalização da infância das classes desfavorecidas. Infância e educação, aparentemente, se convertem em prioridade, quando se tornam casos de segurança pública. Ainda, assim, as ações parecem se concentrar mais na repressão do que nas chamadas ações sócio-educativas.

5. Considerações Finais

A questão trazida para a reflexão referente às políticas para a infância no Brasil e suas implementações falhas, no sentido de assegurar e proteger a infância, como um tempo de formação na vida do indivíduo, fundamental para toda a sociedade que quer preservar modos de vida e de cultura, nos faz considerar que a maneira de se conceber a infância, nos períodos tratados, divergia, consideravelmente, da forma como se concebe a infância nos dias de hoje e que a marginalização da infância continua a existir em alto grau, sobretudo dos filhos das classes desfavorecidas. A morosidade da implementação das políticas para a infância, sua execução e formas de fiscalização deficientes se apresentam como uma das importantes causas da infância roubada no país, desde os tempos coloniais.

Referências Bibliográficas

História social da criança no Brasil - 2a ed. São Paulo:Contexto,1992.

PRIORE, Mary Del (org.) História das crianças no Brasil - 2a ed. São Paulo:Contexto,2000.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. Mary Del (org.) História das crianças no Brasil - 2a ed. São Paulo: Contexto,2000.

GOES, José Roberto de. FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. História das crianças no Brasil - 2a ed. São Paulo: Contexto,2000.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del (org.) História das crianças no Brasil - 2a ed. São Paulo: Contexto,2000.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado. O mito do amor materno. Trad. Waltensir Dutra. 9a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.